

# Revolução Silenciosa

06 AGO 1998

**C**om discrição e firmeza, vai o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, dando seguimento à profunda reforma da educação no Brasil. Depois da campanha de valorização dos professores do ensino básico, convoca ele agora os reitores para debater a emenda constitucional que redefine e qualifica a autonomia universitária de maneira moderna. É questão de importância decisiva.

Pela proposta, a autonomia universitária passa a ser entendida, não como simples garantia de gestão financeira independente — administração dos gastos do governo na instituição — mas, como capacidade de elaboração de orçamento equilibrado e competente. Será preciso demonstrar que as universidades estão investindo em projetos importantes, que elas têm capacidade e poder de identificar as melhores oportunidades de investimento.

O repasse global de verbas deverá levar em consideração o cálculo em função do produto, a natureza da pesquisa, o número de alunos em cada área. Não importa somente o pagamento dos salários e das contas de luz e de água. O governo quer saber se a universidade é capaz de associação fecunda com a atividade produtiva.

É o caso da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), quando contribui para restaurar a biodiversidade do país ou aperfeiçoar a qualidade da produção agrícola. Ou da Coordenação

*educação*  
JORNAL DO BRASIL

dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ (COPPE), cujas pesquisas tiveram como resultado aumentar a produção de petróleo do Brasil para um milhão de barris por dia.

Quer ainda o ministro Paulo Renato Souza que as universidades ponham em prática novas formas de parceria, encontrando patrocínios fora do orçamento (o governo só é responsável por 40% das verbas do COPPE). Pretende também retirá-las do regime único do funcionalismo, a fim de que possam definir de maneira flexível o quadro do pessoal com plano de carreira e salários.

Prevêem-se resistências numa área marcada pelo espírito corporativo e pela mentalidade do funcionalismo público tradicional e acomodado. Mentalidade que está por trás do célebre "pacto da mediocridade" em que professores fingem ensinar e alunos fingem aprender.

Será o mesmo tipo de grita corporativista que a verificada quando do anúncio de um sistema de controle de qualidade dos estabelecimentos do ensino superior. Interesses anacrônicos desejam no fundo impedir a sociedade de conhecer as instituições dotadas dos melhores professores e avaliar a excelência dos cursos ministrados, tornando pública essa aferição, pelo estabelecimento de um ranking, como existe nos Estados Unidos. Só que a qualidade ameaça.